

REFLEXÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS NOS FAZERES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lucineide Cruz Araújo; Gilvânia Maurício Dias de Pontes; Natália Medeiros de Oliveira;
Luana de Lima Ferreira.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

neidinha.araujo@hotmail.com

gilvaniapontes@hotmail.com

natalia@nei.ufrn.br

luanalf@hotmail.com

RESUMO

Repensar o papel da escola inclusiva significa (re)visitar o seu dia a dia e refletir sobre suas ações a fim de trazer elementos que contribuam para a construção de uma escola para todos. Dentre esses elementos, encontram-se o papel do professor enquanto mediador do conhecimento e o desenvolvimento de suas ações pedagógicas que devem estar voltadas para atender as necessidades da criança. O presente trabalho busca discutir a importância de práticas pedagógicas baseadas na necessidade de se obter um processo de desenvolvimento cognitivo que seja dinâmico, desafiador e prazeroso ao aluno NEE, instigando o desenvolvimento de suas múltiplas competências. Portanto o aspecto da inclusão que aqui trataremos é diz respeito a inserção de atividades inclusivas para uma criança com NEE, prática vivenciada com um grupo de crianças- turma 3 do Núcleo de Educação da Infância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – contando a participação de duas professoras do grupo, duas bolsistas e 22 crianças na faixa etária entre 4 e 5 anos. Ao desenvolvermos uma prática pedagógica voltada para atender as necessidades educativas especiais desta criança, favorecemos seu desenvolvimento e oportunizamos condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Realizamos estratégias de ensino e aprendizagem integrando recursos metodológicos disponíveis e criando situações de aprendizagem que auxiliaram a criança na construção de novos conhecimentos; para desenvolvimento da sua autonomia e independência, respeitando seu ritmo, incluindo a orientação às famílias o que deu aos educadores e familiares subsídios para trabalhar as necessidades da criança.

Palavras-chave: Inclusão. Práticas inclusivas. Educação infantil.

Introdução

O referido artigo é parte de um trabalho desenvolvido em uma turma de Educação Infantil no Núcleo de Educação da Infância –NEI, Colégio de Aplicação – CAP, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Considerando a necessidade de uma criança com deficiência, desenvolvemos atividades adaptadas junto com um grupo de crianças com a iniciativa de possibilitar às mesmas práticas pedagógicas a partir dos recursos disponíveis para que estas tenham acesso às melhores condições possíveis de aprendizagem.

Para organização desse projeto utilizou-se como referência Brasil (1994; 1996; 2003; 2008; 2012), Vygotsky (1997), Oliveira (2005), entre outros.

A Inclusão é um direito previsto na Legislação Brasileira conforme a Declaração de Salamanca de 1994 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em Dezembro de 1996 (LDBEN – 9394/96 Cap. V), dentre outros documentos. Nesse contexto, as discussões quanto às novas propostas da educação inclusiva devem ter como foco principal não apenas o ingresso das crianças com deficiências nas escolas regulares, mas também discutir como está se dando esse processo e se o mesmo está atendendo às peculiaridades das diversas diferenças com as quais a escola se depara.

Inclusão não é apenas uma mera colocação da criança com Necessidade Educativa Especial - NEE na escola, a inclusão requer novas abordagens ao ensino e à aprendizagem através de ferramentas adequadas, inovadoras e livres de obstáculos. Sendo assim, o professor precisa estar atento às particularidades de cada um, considerando seus aspectos sociais, físicos e funcionais. Permitindo ao mesmo, o seu acesso aos espaços físicos, com uma estrutura arquitetônica apropriada, garantindo a autonomia e independência da pessoa, como também de uma prática pedagógica que considere as especificidades da criança (BRASIL,2012).

A criança com NEE, assim como qualquer criança, deve pertencer ao ambiente escolar. A escola deve proporcionar a esta uma educação voltada as suas habilidade e não exaltar as suas dificuldades. A concretização do aprendizado dessas crianças requer um "tempo maior" devendo ser oferecidas atividades ricas e que a levem a construção e (re)construção do seu conhecimento.

Segundo Vygotsky (1997), a criança cujo desenvolvimento foi comprometido por alguma deficiência, não é menos desenvolvida do que as crianças 'normais', porém é uma criança que se desenvolve de outra maneira.É preciso que a escola reorganize sua estrutura, seu funcionamento, sua metodologia, seus recursos pedagógicos e, principalmente, conscientize-se e garanta que seus profissionais estejam abertos e preparados para essa nova realidade.

Nesse contexto, as discussões quanto às novas propostas da educação inclusiva devem ter como foco principal não apenas o ingresso das crianças com deficiências nas escolas regulares, mas também discutir como está se dando esse processo e se o mesmo está atendendo às peculiaridades das diversas diferenças com as quais a escola se depara.

De acordo com Glat (2007), oferecer um ensino de qualidade a todos os educandos, incluindo aqueles que têm alguma deficiência ou alguma dificuldade que possa afetar sua aprendizagem, não é uma tarefa fácil para um sistema que se coloca como inclusiva. Assim sendo, os profissionais precisam perceber as demandas específicas das crianças em seus desejos e necessidades,de forma adequada essa nova realidade, de modo a enriquecê-la com

as outras possibilidades de ser e estar no mundo, proporcionando às crianças, desde cedo, novas visões sobre ser humano e suas relações com o conhecimento.

Dorziat (2009) enfatiza que incluir é essencialmente proporcionar o enriquecimento humano, através da aproximação de diferentes elaborações e expressões do pensamento, estabelecendo, desde cedo, práticas pedagógicas culturais em todos os níveis. Portanto, devemos desenvolver práticas de educação e cuidado que contribuam para a formação e a aprendizagem da criança, com vistas ao seu desenvolvimento, considerando que as crianças são diferentes e singulares na sua constituição física, biológica, cognitiva, familiar, religiosa, econômica, etc., e, por isso, desenvolvem hábitos, costumes e valores diferentes umas das outras.

Práticas pedagógicas na Educação Infantil

O presente trabalho busca discutir a importância de práticas pedagógicas baseadas na necessidade de se obter um processo de desenvolvimento cognitivo que seja dinâmico, desafiador e prazeroso para a criança, explorando suas múltiplas competências. Portanto, a inclusão que aqui trataremos é a inserção de atividades adaptadas a essa prática desenvolvida junto a uma criança de 4 anos, com Síndrome de Down, optamos por adotar um nome fictício de Mariah, para referir-se a criança envolvida na intenção de preservar a sua identidade.

Nesse sentido, Mariah, a protagonista desse trabalho é uma criança tranquila que demonstra sentir-se bem na escola, aceita afagos/carinho das professoras e crianças; é muito querida pelo grupo. Não resiste para ficar na escola, mostra gradualmente autonomia para deslocar-se, decidir o que quer fazer, demonstra interesse pelos brinquedos da sala, ainda utiliza pouco a linguagem oral para pedir algo ou expressar seus sentimentos.

Na perspectiva de alcançar o que vem sendo proposto neste trabalho, elencamos como objetivos de uma prática pedagógica inclusiva desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem integrando recursos metodológicos disponíveis e criando situações que levem a criança à construção de novos conhecimentos; proporcionar atividades que surjam do interesse da criança utilizando os jogos e as tecnologias como recurso pedagógico; favorecer a descoberta da autoimagem, incentivando e valorizando a autoestima para sua efetiva inclusão social. Cabe salientar que sempre consideramos as habilidades e desejos das crianças inseridas, respeitando seus limites. Assim, será proporcionado um ensino de qualidade, por meio de atividades de acordo com os seus interesses, necessidades, competências e potencialidades.

Nesse contexto, as discussões quanto às novas propostas da educação inclusiva devem ter como foco principal não apenas o ingresso das crianças com deficiências nas escolas regulares, mas também discutir como está se dando esse processo e se o mesmo está atendendo às peculiaridades das diversas diferenças com as quais a escola se depara.

Assim sendo, os profissionais precisam perceber alternativas que sejam adequadas essa nova realidade, de modo a enriquecê-la com as outras possibilidades de ser e estar no mundo, proporcionando às crianças, desde cedo, novas visões sobre ser humano e suas relações com o conhecimento.

Entendemos que o professor deve ser um organizador do trabalho, por isso é tão importante estar atento às necessidades e possibilidades da criança e do grupo como um todo, garantindo vivências, experiências e conhecimentos que contribuem para o seu desenvolvimento. Ele é responsável por planejar situações de aprendizagem significativas nas quais as crianças possam além de expressar seus conhecimentos prévios também os ampliem e reformule-os quando necessário, através de questões que os façam refletirem, argumentarem e defenderem seus pontos de vista, incentivando com isso a troca de ideias e experiências.

O NEI tem se mostrado como um lugar que respeita a criança em sua individualidade. Em se tratando das crianças Público Alvo da Educação Especial, defendemos a inclusão escolar como oportunidade de participação dos indivíduos na sociedade, independente das suas especificidades. Nesse sentido, garantir os direitos de aprendizagem de “todas” as crianças deve ser meta prioritária da educação. Para obter tal intento, tem-se construído uma série de estratégias que permitem a inserção das crianças nos diferentes momentos da rotina escolar, considerando as necessidades e os ritmos de cada uma.

Para fins de organização do trabalho pedagógico privilegiamos os objetivos definidos para o trabalho com Maria no período de 2017 em seu Plano Educacional Individualizado – PEI.

O Plano Educacional Individualizado – PEI – configura-se como uma das estratégias adotadas pelos professores; alternativa que se apresenta como eficaz na organização e sistematização das ações educativas. Sugere-se que o documento possua caráter trimestral e seja elaborado após levantamento das potencialidades/diagnóstico da criança. Ele será o elemento norteador das ações junto à criança com Necessidades Educacionais Especiais durante todo o ano, devendo ser revisitado periodicamente.

Tendo o PEI em mãos, é possível visualizar as áreas/campos de experiências prioritários para a criança em questão, assim como os objetivos, as potencialidades, as estratégias/experiências a serem empregadas. O documento contempla, ainda, a possibilidade de

de contínua avaliação. Essa sistematização reflete o modo como pensamos o currículo para essas crianças, numa perspectiva da “diferenciação curricular”, na qual a diferença é encarada como ponto de partida para a organização do trabalho pedagógico, considerando as necessidades individuais numa sala heterogênea.

Ao redigir os relatórios avaliativos das crianças, o PEI torna-se elemento fundamental, uma vez que contém todas as informações necessárias para justificar as ações desenvolvidas em cada trimestre. Outro momento em que o documento pode ser acionado é nas entrevistas com as famílias e profissionais envolvidos no atendimento multidisciplinar dessas crianças, oportunidade de mostrar aos responsáveis o que pensamos em termos de trabalho pedagógico.

As observações que seguem não definem Mariah, e sim, expressam como ela mostrou-se em um determinado período, evidenciando as muitas transformações que caracterizam esse percurso.

Para fins de organização do relato, privilegiamos algumas estratégias para o trabalho com Mariah e os resultados desse trabalho pedagógico, com recortes que expressam os modos de ser, de estar e de aprender nesse grupo.

Nas atividades que envolvia a rotina Mariah interagiu nas experiências vivenciadas, como: chamada e roda musical, durante a construção da rotina ela utiliza cartões com imagens para se remeter à estes momentos, durante a chamada adaptamos cartões nomes e fotos das crianças para que ela participe desse momento, entregando-os aos colegas.

Com relação ao grafismo infantil, Mariah apresentou grandes evoluções em seus registros: avançou na coordenação motora fina, na pinça, melhor força ao segurar o lápis; saindo das garatujas desordenadas, dando formas aos seus desenhos; apresentando indícios de que deseja representar o que lhe é solicitado e tem começado a registrar o seu nome com sinais de escrita.

Mariah demonstrou interesse pelo momento da história, especialmente quando estava na biblioteca nas sextas-feiras. Gosta muito de participar das experiências propostas pelas bibliotecárias, envolve-se folheando livros, brincando com fantoches ou ficando atenta ao momento de contação de história. Nessas situações, Mariah realiza imitação vocal ou sonora, tais como onomatopéias de animais e faz movimentos visíveis com o corpo, como o bater os braços para associar ao bater de asas da galinha. Incentivamos também, que a mesma escolha um livro para levar e ler no final de semana em casa com sua família.

Preparamos um caderno para que a mãe registrasse sobre o final de semana. Assim, seria possível retomar as vivências de Mariah na roda de conversa das segundas-feiras. Solicitamos que a família continuasse nos enviando essas vivências para que pudessemos

preparar algumas atividades. Foi produzido também um livro musical de imagens com as músicas cantadas nas rodas de música e dança, que foi enviado para casa em sua pasta para ser explorado junto à família.

Em relação às atividades de casa é importante destacar que sempre que era feito uma atividade em sala uma bem semelhante era enviada para casa, com as orientações para uma mediação eficaz do adulto responsável.

Como estratégia para que Mariah se envolvesse com os temas de pesquisa, utilizamos imagens e atividades variadas como pranchas comunicativas e enviamossem sua pasta para serem vistas e trabalhadas com sua família.

É importante destacar que as atividades adaptadas, aos poucos, passaram a demandar um tempo menor para a sua realização. Com isso, ao concluí-las Mariah procurava preencher esse momento fazendo uso dos jogos dispostos na sala.

Ao propormos uma prática baseada em atividades inclusivas estamos nos referindo não só as atividades direcionadas na sala de aula como também as que ocorrem em outros espaços escolares como, por exemplo, a brincadeira no parque, a ida a sala de multimídia, brinquedoteca e biblioteca e as aulas de Educação Física que, geralmente, ocorrem na quadra.

O estímulo e o incentivo da participação em brincadeiras em que sejam explorados diferentes movimentos sempre junto ao grupo, embora com a mediação das professoras.

Desse modo, julgamos fundamental a adaptação do contexto escolar para que de fato possamos analisar as posições que a criança ocupa em relação ao outro, nas interações que estabelece em várias atividades e brincadeiras que acontecem nesses espaços.

Brasil (2008) nos aponta que a escola, como instituição que legitima a prática pedagógica e a formação dos seus educandos, precisa romper com a perspectiva homogeneizadora e adotar estratégias para assegurar os direitos de aprendizagem de todos. Tais estratégias dependem das especificidades de cada um, da experiência e da criatividade e observação do professor com sensibilidade e acuidade.

As escolas são ambientes coletivos, onde devem se desenvolver práticas de educação e cuidado que contribuam para a formação e a aprendizagem da criança, com vistas ao seu desenvolvimento; e as crianças são diferentes e singulares na sua constituição física, biológica, cognitiva, familiar, religiosa, econômica, etc., e, por isso, desenvolvem hábitos, costumes e valores diferentes umas das outras.

Nesse sentido, acreditamos que quando a escola trabalha com um currículo que atende as singularidades dos alunos tudo se torna mais viável para o crescimento cognitivo dos

alunos e para a construção de uma escola democrática. E pensar em um currículo inclusivo que atenda as singularidades dos alunos, dando oportunidades para que estes desenvolvam a aprendizagem é tarefa de toda instituição educacional.

Uma condição para a prática inclusiva é contar com currículos amplos, flexíveis e abertos, que não considerem somente capacidades do tipo cognitivo, mas conteúdos e capacidades relacionadas com o social, com o afetivo-emocional.

A partir, de um currículo adaptado às necessidades da criança, de um olhar sensível do educador e de uma relação parceira junto à família que suscitou em entrevistas formais e informais pudemos perceber que Mariah passou a desenvolver suas habilidades de forma mais autônoma, apresentando avanços significativos em seu desenvolvimento.

No que se refere ao seu comportamento, a realização das atividades adaptadas resultou em uma participação mais efetiva da criança em tarefas cotidianas como organização da sala e construção de rotina. A participação em tais atividades também contribuiu para a integração e elevação da sua autoestima que, conseqüentemente, mostrou-se cada vez mais envolvida na realização das mesmas.

Através da inclusão é que as crianças NEE aprendem a: gostar da diversidade, adquirir experiência direta com a variedade das capacidades humanas, demonstrar crescentes responsabilidades, melhorar a aprendizagem através do trabalho em grupo, ficar mais preparados para a vida adulta em uma sociedade diversificada, entendendo que são diferentes, mas não inferiores.

Uma escola que se diz inclusiva deve estar preparada para lidar com diferentes ritmos de aprendizagem, estilos e experiências através de adaptações curriculares diversificadas, estratégias pedagógicas e olhar cuidadoso.

Uma condição para a prática inclusiva é contar com currículos amplos, flexíveis e abertos, que não considerem somente capacidades do tipo cognitivo, mas conteúdos e capacidades relacionadas com o social, com o afetivo-emocional.

A educação inclusiva não está ligada apenas à escola. Ao propor redes de conhecimento, Gallo (1999) destaca o entrelaçamento entre os conteúdos didáticos e prática social, ampliando os conteúdos de sala de aula para o todo, o universo social, tornando, então, a educação algo realmente significativo.

No ensino para todos e de qualidade, as ações educativas se pautam por solidariedade, colaboração e compartilhamento do processo educativo com todos os sujeitos que estão direta ou indiretamente envolvidos.

A educação no período escolar deve investir no desenvolvimento de todas as potencialidades da criança NEE. Neste sentido, devem ser fornecidas todas as atividades que a ajudem a adquirir as capacidades necessárias. “É preciso permitir ao aluno que tenha acesso a tudo, a outras vias, que eliminem as barreiras existentes. Isso poderá ocorrer por meio de alternativas diversas (jogos, brincadeiras e experimentação de diferentes estratégias)” (BRASIL, 2012, p.07).

O estabelecimento de ações nesse sentido é o caminho para transformar a escola em espaço que proporcione a igualdade de oportunidades, e, em decorrência, a permanência de todas as pessoas. Para isso, não basta que todos frequentem a escola regular, é preciso que a escola seja desestabilizada nas suas rígidas padronizações, para, assim, proporcionar processos mais adequados. “O ambiente escolar precisa se construir como um espaço aberto, acolhedor, preparado e disposto às peculiaridades de cada um” (FERREIRA, 2007b, p. 551).

Percebemos que a escola, mais do que um espaço de construção/aprendizagens individuais, é lugar de partilha e troca de saberes entre seus pares, devendo possibilitar a valorização e a igualdade de direitos entre os sujeitos. Para tanto, faz-se necessário que o espaço escolar (re)avalie os seus modos de operar para que, assim, possa proporcionar aos alunos as oportunidades e as habilidades necessárias que o permitam sentir-se sujeitos atuantes e construtores de cultura na sociedade na qual encontra-se inserido.

A avaliação da criança com NEE é um fator que merece destaque. O olhar sensível e atento do educador ajuda na sua percepção em relação a participação ativa da criança na realização dos trabalhos coletivos, em grupo que, conseqüentemente, contribuirá para a motivação e reforço da sua autoestima.

Considerando que cada criança é única e que são singulares em suas particularidades, os seus ritmos de aprendizagens também podem apresentar-se diferentes, tendo esta criança deficiência ou não. Diante disso, destacamos que avaliação da criança NEE também deva se dar de forma diferenciada, isto é, é importante que ela esteja adequada aos objetivos propostos a essa criança, respeitando suas potencialidades e competências.

Ressaltamos que a participação da família no processo de integração/inclusão desta criança é indispensável para a construção de sua autonomia. Para Oliveira (2005) “os pais de crianças portadoras de deficiências representam outro grupo importante de atores do processo educacional cuja contribuição para a mudança de paradigmas tem de ser garantida”.

Considerações finais

Gostaríamos de concluir este trabalho refletindo acerca da pedagogia que vem sendo desenvolvida no contexto escolar, mais precisamente nas salas de aula. Com isso, apontamos a necessidade de se ter claro que uma pedagogia inclusiva deve considerar as diferenças de seus educandos, promovendo o seu desenvolvimento e uma aprendizagem significativa; deve garantir constitucionalmente a eles o direito à educação e a apropriação dos bens culturais construídos pela humanidade ao longo do tempo e transcritos em conteúdos escolares. Portanto, a escola é o alicerce para esse desenvolvimento. Nesse intuito, ela deve se preparar para trabalhar com a diversidade, valorizando todos os indivíduos como seres singulares e capazes de estar e fazer uma sociedade diferente, em que todos tenham direitos e deveres com um objetivo único: o conhecimento.

Para isso, toda sociedade deve rever a concepção sobre a pessoa “especial” e o papel da escola, seja pelos agentes escolares, pela intervenção das universidades ou pelas campanhas de esclarecimento da população. Assim, as diretrizes curriculares e legislativas devem partir do princípio de uma visão global, considerando a vivência e o cotidiano das pessoas com Deficiência.

Mas, para que essas metas sejam alcançadas, é necessário que a escola esteja preparada para receber todos os alunos, e aliá-los ao processo de ensino, transformando-se em um ambiente onde a aprendizagem seja constituída por meio de projetos significativos e contextualizados, que valorizem as diferentes formas de expressão e habilidades de cada um dos educandos para provocar mudança de atitude e mudança de vida. Enfim, acreditamos que, a superação da exclusão só será alcançada à medida que a autoestima e valores como respeito a si, ao outro e ao meio, sejam a florados.

No decorrer das atividades vivenciadas observamos avanços significativos, por parte da criança, em relação a atenção, ao ouvir, a oralidade, ao dialogar, a elevação da autoestima e da autonomia. Como também o interesse da família foi fundamental para o processo de aprendizagem desta criança.

Por fim, reafirmamos a preocupação e a busca em vencer os desafios de ensinar e aprender a cada nova situação, sabendo-se que cada uma das crianças deve ser atendida em sua singularidade, desafiadas em suas possibilidades, respeitadas e acolhidas em suas limitações seja ela de ordem física, intelectual, auditiva e ou visual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e de ação sobre as necessidades educativas especiais.**

Brasília: Unesco, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília:, 2003.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2008.

_____. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional.** Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva. Brasília : MEC SEB, 2012.

DORZIAT, Ana. **O outro da educação:** pensando a surdez com base nos temas de identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009. (Coleção Educação Inclusiva).

FERREIRA Maria Elisa Caputo. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 543-560, set./dez. 2007b.

GALLO, **Transversalidade e Educação:** Pensando uma Educação não Disciplinar, Rio de Janeiro: DP&A, 17-43, 1999.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (Org.). **Educação Inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Letras, 2007. p. 15-35.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil:** Fundamentos e métodos. -2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005. – (Coleção Docência em formação).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Obras escogidas. **Fundamentos de defectologia.** Madrid: Visor, 1997.